



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2021
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO
-------------	---

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE JATAÍ
----------------------	---------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	07/02/1992
---------------------------	------------

JUIZ TITULAR:	MARIANA PATRÍCIA GLASGOW (Juíza do Trabalho Substituta no exercício da titularidade da Vara do Trabalho)
---------------	---

TITULAR DESDE:	-
----------------	---

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	03/08/2015
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	1º/09/2020 a 31/08/2021
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2018	2019	2020	2021
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.178	990	607	446
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.763	1.151	473	454
3	Produção	150%	116%	78%	102%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.809	1.223	629	424
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	279	135	287	284
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	967	747	730	725
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	24%	25%	44%	44%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	17%	16%	38%	48%
9	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de conhecimento	24%	23%	42%	42%
10	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de conhecimento	15%	15%	35%	47%
11	Execuções iniciadas	440	530	293	189
12	Execuções encerradas	811	707	304	180
13	Execuções baixadas	766	531	396	213
14	Execuções pendentes de encerramento	680	677	562	545
15	Execuções pendentes de baixa	994	990	922	921
16	Execuções no arquivo provisório	252	342	453	475
17	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	65%	67%	71%	75%
18	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	56%	65%	70%	81%
19	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de execução	52%	45%	49%	53%
20	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de execução	43%	40%	32%	46%
21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	42%	47%	41%
22	Índice de conciliação da unidade	45%	42%	54%	43%

* Dados extraídos do sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2021 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juíza do Trabalho Substituta no exercício da titularidade da Vara do Trabalho	MARIANA PATRÍCIA GLASGOW
---	--------------------------

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	32
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	31

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	314
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	51
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	98

* Dado apurado em 30/09/2021.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	19
---	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	9	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	0	0

* Dados extraídos do sistema e-Gestão em 04.10.2021

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	47	130
Ordinário	66	164

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	14	7
Ordinário	14	5

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	0	0

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	0	0

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	5	3
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	2	1

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	24	18
Ordinário	26	30

* Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 31/08/2020 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/09/2019 e 31/07/2020.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
FLÁVIA DE LIMA TEIXEIRA CARVALHO	Diretor de Secretaria	Efetiva
KELI CRISTINA GUIMARÃES SILVA	Assistente II	Cedida Municipal
ARISTAL HONÓRIO DE LIMA JÚNIOR	Secretário de Audiência	Cedido Municipal
GLAUBER ALBORGHETTI GUIMARÃES	Secretário de Audiência	Efetivo
MARIA BETHÂNIA DE REZENDE TEODORO	Assistente de Diretor	Efetiva
ELIZA FANTIN DE MAGALHÃES SILVA	Assistente de Juiz	Efetiva
CAIO DA SILVA ROCHA		Efetivo
TICIANA DE VELASCO PACHECO DE SANTANA WILLIBALD SALLA		Efetiva
JOSÉ CÁSSIO SOUSA CIRQUEIRA		Efetivo
ARTUR LILLINGTON BALSTER JUNIOR	Oficial de Justiça	Efetivo
SANDRO LUIZ RODA GNOATTO	Oficial de Justiça	Efetivo

** A unidade possui claro de lotação.*

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	14
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.2 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		
11	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	--	--	As audiências iniciais estão sendo designadas para outubro/2021 em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para novembro/2021 no rito sumaríssimo e dezembro/2021 no ordinário.
12	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
13	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		

15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	X		
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		

22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	X		
24	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
25	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
26	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	--	--	
27	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)		X	
28	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		X	

6 – CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
SISBAJUD	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF		X	
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - Ao analisar processos por amostragem, o Desembargador-Corregedor percebeu que tem sido realizadas audiências pelo denominado Núcleo Permanente de Conciliação deste juízo sem a presença/supervisão de magistrado nesta unidade jurisdicional (item 7.2 – 10 do Relatório de Correição). A atuação do Núcleo de Conciliação sem a presença de um magistrado, ainda que seja apenas para registrar proposta de acordo entre as partes, mediante “Termo de Intermediação”, e com posterior submissão ao magistrado para homologação, não mais encontra guarida à vista da disciplina da Resolução nº 174/2016, do CSJT, que dispõe sobre a atuação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT, à qual devem se submeter todos os órgãos aos quais atribuídas as atividades de mediação e conciliação na Justiça do Trabalho, independentemente de sua denominação anterior, que inclusive deve se adequar à definida naquele normativo. Reza o artigo 6º da Resolução nº 174/2016, do CSJT, in verbis: “Os Tribunais Regionais do Trabalho criarão Centro(s) Judiciário(s) de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT, unidade(s) do Poder Judiciário do Trabalho vinculado(s) ao NUPEMEC-JT, responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação de processos em qualquer fase ou instância, inclusive naqueles pendentes de julgamento perante o Tribunal Superior do Trabalho. § 1º. As sessões de conciliação e mediação realizadas nos CEJUSC-JT contarão com presença física de magistrado, o qual poderá atuar como conciliador e mediador e supervisionará a atividade dos conciliadores e mediadores, estando sempre disponível às partes e advogados, sendo indispensável a presença do advogado do reclamante.” Vê-se, portanto, que a presença física de magistrado na sede da VT durante a realização de qualquer audiência, ainda que a cargo do Núcleo ou CEJUSC, mesmo quando voltada exclusivamente para a tentativa de conciliação, é imposição que não admite qualquer tipo de contemporização e/ou flexibilização, não podendo ser suprida por posterior ratificação por magistrado dos atos então praticados, ou mesmo ter a supervisão física substituída por qualquer outra proporcionada por quaisquer meios telemáticos, ainda que seja por videoconferência. Bem por isso, o Desembargador-Corregedor determinou a este juízo que se abstenha de realizar qualquer tipo de audiência sem a presença de um magistrado na sede da Vara do Trabalho ou na sala virtual do Núcleo Permanente de Conciliação.	X		

7.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza Check List para verificação dos autos e remessa ao arquivo definitivo, certificando a existência ou inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0011151-31.2019.5.18.0111; ATSum-0010574-53.2019.5.18.0111; ATOrd-0010195-83.2017.5.18.0111; ATSum-0010347-29.2020.5.18.0111; ATOrd-0011022-26.2019.5.18.0111; ATOrd-0011042-17.2019.5.18.0111; ATSum-0010222-95.2019.5.18.0111; ATSum-0010423-24.2018.5.18.0111; ATOrd-0010492-22.2019.5.18.0111 e ATOrd-0010219-48.2016.5.18.0111).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0011151-31.2019.5.18.0111; ATSum-0010574-53.2019.5.18.0111; ATOrd-0010195-83.2017.5.18.0111; ATSum-0010347-29.2020.5.18.0111; ATOrd-0011022-26.2019.5.18.0111; ATOrd-0011042-17.2019.5.18.0111; ATSum-0010222-95.2019.5.18.0111; ATSum-0010423-24.2018.5.18.0111; ATOrd-0010492-22.2019.5.18.0111 e ATOrd-0010219-48.2016.5.18.0111).
3	Não foram encontrados processos suficientes na Vara do Trabalho, que constate a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, atuando conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Provimento nº 01/2020-SCR/TRT18.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010062-36.2020.5.18.0111; ATOrd-0010529-15.2020.5.18.0111; ATOrd-0010527-45.2020.5.18.0111; ATOrd-0010748-28.2020.5.18.0111; ATOrd-0010324-83.2020.5.18.0111).
5	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara CERTIFICA o trânsito em julgado das sentenças proferidas, CUMPRINDO o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0010082-90.2021.5.18.0111 e ATOrd-0010576-86.2020.5.18.0111).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0010062-36.2020.5.18.0111; ATOrd-0010529-15.2020.5.18.0111; ATOrd-0010527-45.2020.5.18.0111; ATOrd-0010748-28.2020.5.18.0111; ATOrd-0010324-83.2020.5.18.0111).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Juízo, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HTE-0010376-45.2021.5.18.0111; ATOrd-0010731-89.2020.5.18.0111 e HTE-0010209-28.2021.5.18.0111).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: HTE-0010376-45.2021.5.18.0111; ATSum-0010167-76.2021.5.18.0111; ATSum-0010277-75.2021.5.18.0111; ATSum-0010377-30.2021.5.18.0111; ATSum-0010386-26.2020.5.18.0111 e ATSum-0010356-54.2021.5.18.0111).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATOrd-0010731-89.2020.5.18.0111; ATOrd-0010139-11.2021.5.18.0111; HTE-0010209-28.2021.5.18.0111; ATSum-0010167-76.2021.5.18.0111; ATSum-0010277-75.2021.5.18.0111; ATSum-0010377-30.2021.5.18.0111; ATSum-0010386-26.2020.5.18.0111 e ATSum-0010356-54.2021.5.18.0111).

10	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 27/09/2021, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
11	Consultando o PAINEL DE GESTÃO da Vara do Trabalho, no dia 04/10/2021, oriunda da ferramenta "HORUS 18"/Judicial/Painel de gestão/VT, CONSTATOU-SE a situação abaixo descrita, em relação ao tempo de permanência dos processos nas pastas de tarefas do sistema PJe da unidade correccionada: - Fase de conhecimento: pastas de tarefas dentro da *normalidade; - Fase de liquidação: pastas de tarefas dentro da *normalidade; e - Fase de execução: pastas de tarefas dentro da *normalidade. *Normalidade estabelecida pela ferramenta "HORUS 18".
12	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0010914-94.2019.5.18.0111, ATOOrd-0011087-21.2019.5.18.0111 e ATSum-0010267-02.2019.5.18.0111).
13	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", para fruição do prazo da prescrição intercorrente, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010914-94.2019.5.18.0111, ATOOrd-0011087-21.2019.5.18.0111 e ATSum-0010267-02.2019.5.18.0111).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de CONHECIMENTO, constatou-se que a Secretaria da Vara juntou aos autos o documento emitido pelo site dos correios (rastreamento de postagem) que comprova o recebimento da notificação inicial pelo reclamado, cumprindo o disposto nos artigos 38 e 39 do PGC (processos: ATAlc-0010433-63.2021.5.18.011, ATOOrd-0010366-98.2021.5.18.0111 e ATOOrd-0010397-21.2021.5.18.0111).
15	Não foram encontrados processos no período correccional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0011151-31.2019.5.18.0111; ATOOrd-0010195-83.2017.5.18.0111; ATSum-0010222-95.2019.5.18.0111; ATSum-0010423-24.2018.5.18.0111 e ATOOrd-0011042-17.2019.5.18.0111).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0011151-31.2019.5.18.0111; ATOOrd-0010195-83.2017.5.18.0111; ATSum-0010222-95.2019.5.18.0111; ATSum-0010423-24.2018.5.18.0111 e ATOOrd-0011042-17.2019.5.18.0111).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias (processos: ATSum-0011151-31.2019.5.18.0111; ATOOrd-0010195-83.2017.5.18.0111; ATSum-0010222-95.2019.5.18.0111; ATSum-0010423-24.2018.5.18.0111 e ATOOrd-0011042-17.2019.5.18.0111).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOOrd-0010343-89.2020.5.18.0111, ATSum-0011131-40.2019.5.18.0111, ATOOrd-0010578-90.2019.5.18.0111, ATOOrd-0010875-97.2019.5.18.0111 e ATOOrd-0011139-17.2019.5.18.0111).

20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2020 (processos: ATSum-0010914-94.2019.5.18.0111, ATOrd-0011087-21.2019.5.18.0111 e ATSum-0010267-02.2019.5.18.0111).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATOrd-0010343-89.2020.5.18.0111, ATSum-0011131-40.2019.5.18.0111, ATOrd-0010578-90.2019.5.18.0111, ATOrd-0010875-97.2019.5.18.0111 e ATOrd-0011139-17.2019.5.18.0111).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATOrd-0010343-89.2020.5.18.0111, ATSum-0011131-40.2019.5.18.0111, ATOrd-0010578-90.2019.5.18.0111, ATOrd-0010875-97.2019.5.18.0111 e ATOrd-0011139-17.2019.5.18.0111).
23	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, via diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu procurador, a pagar ou garantir a execução no prazo de 05 (cinco) dias (processos: ATOrd-0010343-89.2020.5.18.0111, ATSum-0011131-40.2019.5.18.0111, ATOrd-0010578-90.2019.5.18.0111, ATOrd-0010875-97.2019.5.18.0111 e ATOrd-0011139-17.2019.5.18.0111).
24	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho de Jataí intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo assim o disposto no artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região (processos: ATSum 0010160-84.2021.5.18.0111; ATAlc – 0010482-41.2020.5.18.0111; ATSum 0010454-39.2021.5.18.0111 e ATOrd 0010310-65.2021.5.18.0111).
25	Conforme observado no PA nº 7607/2014, a presente Unidade disse que adotaria as medidas de saneamento no que se refere a processos parados por prazo superior ao desejado (auditoria permanente da SCR), o que se verifica que de fato ocorreu, vez que, conforme relatório extraído em 25/09/2021 (do sistema SAOPJE), remanescem poucos processos que ainda permanecem na situação supracitada.
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum 0010138-60.2020.5.18.0111; ATSum 0010394-03.2020.5.18.0111; ATSum 0010561-20.2020.5.18.0111; ATOrd – 0010247-74.2020.5.18.0111; ATOrd 0010387-11.2020.5.18.0111; ATOrd 0010436-52.2020.5.18.0111 e ATOrd 0010249-44.2020.5.18.0111).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum 0010138-60.2020.5.18.0111; ATSum 0010394-03.2020.5.18.0111; ATSum 0010561-20.2020.5.18.0111; ATOrd – 0010247-74.2020.5.18.0111; ATOrd 0010387-11.2020.5.18.0111; ATOrd 0010436-52.2020.5.18.0111 e ATOrd 0010249-44.2020.5.18.0111).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum 0010138-60.2020.5.18.0111; ATSum 0010394-03.2020.5.18.0111; ATSum 0010561-20.2020.5.18.0111; ATOrd – 0010247-74.2020.5.18.0111; ATOrd 0010387-11.2020.5.18.0111; ATOrd 0010436-52.2020.5.18.0111 e ATOrd 0010249-44.2020.5.18.0111).

29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum 0010138-60.2020.5.18.0111; ATSum 0010394-03.2020.5.18.0111; ATSum 0010561-20.2020.5.18.0111; ATOrd – 0010247-74.2020.5.18.0111; ATOrd 0010387-11.2020.5.18.0111; ATOrd 0010436-52.2020.5.18.0111 e ATOrd 0010249-44.2020.5.18.0111).
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum 0010626-49.2019.5.18.0111; ATOrd 0010895-93.2016.5.18.0111 e ATSum – 0010156-18.2019.5.18.0111).
31	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum 0010626-49.2019.5.18.0111; ATOrd 0010895-93.2016.5.18.0111 e ATSum – 0010156-18.2019.5.18.0111).
32	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum 0010626-49.2019.5.18.0111; ATOrd 0010895-93.2016.5.18.0111 e ATSum – 0010156-18.2019.5.18.0111).
33	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à Vara do Trabalho de Jataí, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
34	Nos processos a seguir relacionados, considerando o lapso temporal entre a realização da última audiência e a conclusão para proferir sentença, constatou-se que a unidade correicionada realiza A REMESSA dos autos à conclusão para a prolação da sentença, sem a ocorrência de atraso injustificado da Secretaria da Vara do Trabalho no referido ato de envio, CUMPRINDO o disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processo: ATOrd-0010568-12.2020.5.18.0111; ATOrd-0010351-66.2020.5.18.0111; ATOrd-0010265-95.2020.5.18.0111; ATOrd-0010050-85.2021.5.18.0111; ATOrd-0010379-34.2020.5.18.0111; ATOrd-0010322-16.2020.5.18.0111; ATOrd-0010307-47.2020.5.18.0111 e ATOrd-0010297-03.2020.5.18.0111).
35	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 1º/08/2021 e 29/09/2021, constatou-se que o atraso médio para o início das audiências é de 04 (quatro) minutos.
36	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 1º/08/2021 e 29/09/2021, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.
37	Nos processos a seguir relacionados, analisados por amostragem, verificou-se que a Secretaria da Vara procede ao cumprimento dos atos processuais, contidos no despacho, no prazo disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho. O prazo constatado foi de 03 (três) dias (processos: 0010271-68.2021.5.18.0111, 0010741-36.2020.5.18.0111, 0010591-55.2020.5.18.0111, 0010416-27.2021.5.18.0111, 0010416-61.2020.5.18.0111, 0010417-12.2021.5.18.0111, 0010133-04.2021.5.18.0111, 0010131-34.2021.5.18.0111; 0010121-87.2021.5.18.0111 e 0010120-05.2021.5.18.0111).

Goiânia, 8 de outubro de 2021.
[assinado eletronicamente]

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

Página 17